



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010, elaboradas na forma da legislação societária, associadas às normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações
A Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no semestre, uma arrecadação de R\$ 254,714 milhões (R\$ 266,444 milhões em 2009).

Resultado do Semestre
O resultado do semestre foi de R\$ 3,112 milhões (R\$ 1,897 milhão em 2009).

Evento Societário
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 60,417 milhões sendo, R\$ 60 milhões em dinheiro, R\$ 255 mil da conta reserva estatutária de 2007 e R\$ 163 mil da conta reserva legal, com a emissão de 25.665.819 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal, para se adequar antecipadamente ao disposto no Art. 10 da Resolução Normativa Nº 160, de 03 de julho de 2007 da ANS.

Informações mais detalhadas sobre evento societário constam das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Controles Internos
Durante o semestre, visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, em consonância com os princípios emanados pelos órgãos reguladores e em conformidade com a política corporativa adotada pela Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo
A Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. busca, permanentemente, contribuir com as Autoridades governamentais de controle, nacionais e internacionais, objetivando aderência às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas à Prevenção e ao Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, assim como o relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Diante disso, adota rigorosos controles e utiliza ferramentas tecnológicas, sujeitas a constante aprimoramento e avaliações. Elas suportam o processo de monitoramento, averiguação e análise das diversas operações/ocorrências, com vistas a prevenir e combater situações caracterizadas na legislação como de lavagem de dinheiro e/ou de financiamento ao terrorismo e suas correlatas. Adicionalmente, estimula o frequente treinamento dos colaboradores, por meio de publicações e divulgações de materiais de apoio (Manual, Curso e-learning, Cartilha), palestras, dentre outros.

Riscos: operacional, crédito, mercado, legal e subscrição
As políticas de gestão dos riscos implementadas estão alinhadas às melhores práticas de governança e de modelos adotados no mercado internacional, atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e de Governança Corporativa. Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e estabelecimento de procedimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

Agradecimentos
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 25 de agosto de 2010
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009		2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	142.560.633	76.313.754	PASSIVO CIRCULANTE	57.870.865	58.942.373
Disponível	1.871.161	3.320.036	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	44.426.789	48.675.065
Realizável	140.689.472	72.993.718	Provisão de eventos/sinistros a liquidar	44.426.789	48.675.065
Aplicações financeiras	87.052.641	19.542.389	Outros débitos de operações de assistência à saúde	4.821.814	4.982.826
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	51.784.954	51.234.104	Tributos e contribuições a recolher	2.519.386	2.919.538
Contra prestação pecuniária a receber	47.141.634	45.867.603	Fornecedores	123.708	229.099
Taxa de administração de planos a receber	902.815	1.094.680	Provisões	254.154	274.700
Operadoras de planos de assistência à saúde	3.312.728	3.695.175	Obrigações com pessoal	1.682.076	1.700.378
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	427.777	576.646	Débitos diversos	4.042.938	160.767
Títulos e créditos a receber	1.844.788	2.199.074	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.679.235	1.402.416
Outros valores e bens	7.089	18.151	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.679.235	1.402.416
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.647.556	3.434.019	Provisões	3.679.235	1.402.416
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.341.794	2.927.511	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.658.089	19.402.984
Títulos e créditos a receber	982.390	670.327	Capital social	74.500.000	14.051.683
Valores e bens	2.359.404	2.257.184	Reservas de lucros	7.045.720	3.453.576
Imobilizado	290.682	491.346	Lucros acumulados	3.112.369	1.897.725
Bens móveis - não hospitalares/não odontológicos	288.029	488.693	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.208.189	79.747.773
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicos	2.653	2.653			
Intangível	15.080	15.162			
TOTAL DO ATIVO	146.208.189	79.747.773			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	254.714.141	266.444.854
Contraprestações líquidas	254.714.141	266.444.854
Eventos indenizáveis líquidos	238.136.796	249.100.977
Eventos conhecidos	246.783.807	255.624.563
Recuperação de eventos conhecidos	(8.647.011)	(6.523.586)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	16.577.345	17.343.877
Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde	1.244.948	1.273.352
Resultado bruto	15.332.397	16.070.525
Despesas de comercialização	17.991	61.437
Despesas administrativas	9.067.007	9.999.010
Outras receitas operacionais	663.002	767.385
Outras despesas operacionais	(4.420.627)	(4.183.450)
Provisão para perdas sobre créditos	(106.602)	(938.785)
Outras	(4.314.025)	(3.244.665)
RESULTADO OPERACIONAL	2.489.774	2.594.013
Resultado financeiro líquido	2.729.137	1.366.693
Receitas financeiras	2.943.411	1.576.117
Despesas financeiras	(214.274)	(209.424)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	5.218.911	3.960.706
Imposto de renda	(1.288.900)	(1.057.406)
Contribuição social	(479.840)	(394.453)
Impostos diferidos	275.345	529.105
Participações no resultado	(613.147)	(1.140.227)
Resultado líquido do semestre	3.112.369	1.897.725
Quantidade de ações	35.056.244	9.376.820
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	88,78	202,38

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de planos saúde	234.707.922	247.127.528
Outros recebimentos operacionais	14.049.795	14.755.665
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(233.288.097)	(242.659.179)
Pagamento de comissões	(17.991)	(61.437)
Pagamento de pessoal	(4.330.334)	(5.082.680)
Pagamento de serviços de terceiros	(895.151)	(874.722)
Pagamento de tributos	(6.421.953)	(7.109.311)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	(3.306)
Pagamento de aluguel	(363.974)	(207.354)
Pagamento de promoção/publicidade	(73.433)	(255.382)
Outros pagamentos operacionais	(2.669.543)	(2.578.314)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	697.241	3.051.508
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	-	380
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(6.059)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.059)	380
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	60.000.000	-
Resgate de aplicações financeiras	65.696.859	18.285.361
Participação nos resultados	(1.004.314)	(755.690)
Aplicações financeiras	(127.559.644)	(17.885.543)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.867.099)	(355.872)
Variação líquida do caixa	(2.175.917)	2.696.016
Caixa no início do semestre	4.047.078	624.020
Caixa no final do semestre	1.871.161	3.320.036
(Redução) aumento de caixa	(2.175.917)	2.696.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros estatutária	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	14.051.683	162.855	2.548.100	-	16.762.638
Reversão de dividendos	-	-	742.621	-	742.621
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.897.725	1.897.725
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	14.051.683	162.855	3.290.721	1.897.725	19.402.984
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	14.082.628	365.254	7.097.838	-	21.545.720
AGE de 26/02/2010	60.417.372	(162.855)	(254.517)	-	60.000.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.112.369	3.112.369
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	74.500.000	202.399	6.843.321	3.112.369	84.658.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência desde fevereiro de 2008 e tem por objeto o exercício da atividade de assessoria, consultoria, planejamento e administração de planos de saúde e de benefícios de terceiros, o processamento de dados pertinentes ao ramo, tais como definidos na legislação em vigor.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei 11.941/2009), bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 207/2009, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração de resultados, sendo obrigatória para registro dos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010. Em decorrência, alguns saldos do semestre findo em 30 de junho de 2009, anteriormente publicados, foram reclassificados com o objetivo de proporcionar melhores condições de comparabilidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo

(i) Aplicações

Conforme determinações da ANS, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em três categorias:

- I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados;
- II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Empresa constituiu provisão para riscos de crédito em montantes julgados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos a receber.

(iii) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes, e são registrados considerando as expectativas da Administração quanto às perspectivas de sua realização.

(c) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.

(d) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(f) Passivo circulante e não circulante - exigível a longo prazo

(i) **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**
São registrados com base nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Empresa até o fim de cada mês, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

(ii) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000 para o semestre, e para contribuição social, à alíquota de 9%, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(g) Passivos contingentes

A provisão para contingências está atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

(h) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas operacionais pertinentes aos serviços prestados de assistência médica à saúde é contabilizado pelo regime de competência.

(i) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para riscos de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(j) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A ANS aprovou por meio da Instrução Normativa nº 37, de 22 de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras os pronunciamentos do CPC de números CPC 1 a CPC 9, com aplicação imediata, bem como todos os pronunciamentos do CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2009 para serem observados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2010.

Listamos a seguir os pronunciamentos e interpretações que poderão impactar as demonstrações contábeis da Empresa de forma mais relevante, substancialmente relacionados a nova forma de divulgação das demonstrações contábeis. Nos termos desses novos normativos, as cifras de 30 de junho de 2010, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. CPC 15 – Combinação de negócios; CPC 22 – Informação por segmento; CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação; ICP 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos.

A Administração vem trabalhando na implementação e análise dos impactos dos CPCs acima nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar esses eventuais efeitos.

4. Aplicações

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

Títulos para negociação	2010	%	2009	%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	87.052.641	100,00	19.542.389	100,00
	87.052.641	100,00	19.542.389	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência(I)
Títulos para negociação	11.139.861	1.535.792	8.064.707	66.312.281	87.052.641	87.052.641
Certificado de depósito bancário	-	93.415	957.824	-	1.051.239	1.051.239
Letras financeiras do tesouro	10.624.312	627.093	7.106.883	65.854.968	84.213.256	84.213.256
Letras do tesouro nacional	-	-	-	390.278	390.278	390.278
Debêntures	515.549	815.284	-	67.035	1.397.868	1.397.868
Total em 2010	11.139.861	1.535.792	8.064.707	66.312.281	87.052.641	87.052.641
Total em 2009						



(c) **Instrumentos financeiros derivativos**
Em 30 de junho de 2010 e de 2009, a Empresa não possuía, direta ou por meio de fundos de investimentos, instrumentos financeiros derivativos.

5. Títulos e créditos a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2010	2009	2010	2009
Créditos tributários				
Imposto de renda	451.186	766.415	722.346	492.888
CSLL	99.856	118.809	260.044	177.439
INSS	709	34.243	-	-
Créditos de PIS e COFINS	422.455	371.690	-	-
Créditos a receber				
Adiantamentos	870.582	907.917	-	-
Total em 2010	1.844.788	2.199.074	982.390	670.327

6. Valores e bens - Depósitos judiciais e fiscais

	2010	2009
Imposto de renda	501.939	483.561
CSLL	236.588	223.946
SESC/SENAC/SEBRAE e INSS	1.473.616	1.402.416
Trabalhistas	147.261	147.261
Total em 2010	2.359.404	2.257.184

7. Imobilizado

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2010	2009
Pinacoteca		2.653	-	2.653	
Equipamentos	10%	1.665.658	(1.565.335)	100.323	206.416
Móveis, máquinas e utensílios	10%	704.790	(598.222)	106.568	161.167
Veículos	20%	199.860	(118.722)	81.138	121.110
Total em 2010		2.572.961	(2.282.279)	290.682	-
Total em 2009		2.567.337	(2.075.991)	-	491.346

8. Intangível

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor residual	
				2010	2009
Software	20%	1.778.164	(1.772.172)	5.992	6.074
Marcas e patentes		9.088	-	9.088	9.088
Total em 2010		1.787.252	(1.772.172)	15.080	-
Total em 2009		1.784.544	(1.769.382)	-	15.162

9. Transações com partes relacionadas

(a) Transações com controladores e controladas

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Despesas com alugueis		
Banco Bradesco S.A.	-	(129.933)
Dividendos a pagar		
Bradesco Saúde S.A.	(38.456)	-
Despesas com prestação de serviços		
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços	-	(167.632)
Total em 2010	(38.456)	(297.565)
Total em 2009	30.942	150.369

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

10. Tributos e contribuições a recolher, provisões, obrigações com pessoal e débitos diversos

Os valores apresentados no passivo circulante contemplam:

(a) Tributos e contribuições a recolher

	2010	2009
Imposto de renda	218.011	283.224
CSLL	77.742	118.399
Impostos sobre serviços	123.777	116.269
Contribuições previdenciárias	161.973	183.154
FGTS a recolher	13.623	21.168
Outros impostos e contribuições	129	396
Retenções de impostos e contribuições	1.924.131	2.196.928
Total em 2010	2.519.386	2.919.538

(b) Provisões

	2010	2009
Provisões para contingências trabalhistas	-	16.948
Provisões para despesas administrativas	254.154	257.752
Total em 2010	254.154	274.700

(c) Obrigações com pessoal

	2010	2009
Salários a pagar	-	23.429
Participação nos lucros	453.753	415.479
Férias a pagar	976.310	994.041
Décimo terceiro	235.843	265.312
Outras despesas com pessoal	16.170	2.117
Total em 2010	1.682.076	1.700.378

(d) Débitos diversos

	2010	2009
Depósitos de terceiros	4.042.938	160.767
Total em 2010	4.042.938	160.767

11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, que sejam relevantes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(ii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa vem discutindo judicialmente a legitimidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito em relação a algumas destas demandas. A questão é: SESC/SENAC e SEBRAE - contribuição social para custeio (Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946) R\$ 1.473.616 (R\$ 1.402.416 em 2009). Discute a incidência da contribuição social destinada ao custeio do SESC/SENAC e SEBRAE, instituída pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, à alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento da Empresa sob o argumento de que não se enquadra dentre os contribuintes do tributo.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

(iii) Movimentação das provisões constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
No início do semestre	1.438.142	-	-	1.438.142
Constituição	27.426	83.296	1.322.929	1.433.651
Reversão	-	-	(57.042)	(57.042)
Atualização monetária	35.763	-	-	35.763
Transferência (i)	-	661.693	167.028	828.721
No final do semestre de 2010	1.501.331	744.989	1.432.915	3.679.235
No final do semestre de 2009	1.402.416	-	-	1.402.416

(i) Provisão constituída no curto prazo transferida para o longo prazo em março de 2010.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 35.056.244 (9.376.820 em 2009) ações ordinárias, nominativo-escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

(b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2009, foi deliberado o aumento de capital pela sua controladora elevando-o de R\$ 14.051.683 para R\$ 14.082.628, mediante a emissão de 13.605 ações ordinárias nominativo-escriturais, mediante a utilização de créditos existentes na Empresa, relativos a dividendos referentes ao exercício de 2008, no valor de R\$ 30.945.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2010, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 60.417.372 sendo R\$ 60.000.000 em dinheiro, R\$ 254.517 da conta Reservas de lucros - reserva estatutária de 2007 e R\$ 162.855 da conta Reservas de lucros - reserva legal, com a emissão de 25.665.819 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal.

(c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

13. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas de comercialização

	2010	2009
Angariação de clientes	17.991	61.437
Total em 2010	17.991	61.437

(b) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com pessoal próprio	5.240.742	6.305.274
Despesas com serviços de terceiros	895.151	874.722
Despesas com localização e funcionamento	2.189.184	1.987.440
Despesas com publicações	73.433	255.382
Despesas com donativos e contribuições	6.342	6.035
Outras despesas administrativas	407.470	288.916
Despesas com taxa de saúde suplementar	210.639	249.214
Outras despesas com tributos	44.046	32.027
Total em 2010	9.067.007	9.999.010

(c) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2010	2009
Despesas com encargos sociais	(2.581.207)	(2.820.693)
Materiais diversos	(495.050)	(385.390)
Provisão para riscos de crédito	(106.602)	(938.785)
Implantação de planos	440.905	320.368
Provisão para contingências	(1.237.768)	-
Outras receitas operacionais	222.097	408.435
Total em 2010	(3.757.625)	(3.416.065)

(d) Resultado financeiro líquido

	2010	2009
(i) Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	2.831.873	1.024.550
Atualização monetária de créditos tributários	35.181	99.230
Atualização monetária de depósitos judiciais	35.474	414.080
Outras receitas financeiras	40.883	38.257
Total em 2010	2.943.411	1.576.117

(ii) Despesas financeiras

	2010	2009
Despesas com títulos de renda fixa	(176.645)	(111.768)
Atualização monetária de contingências passivas	(35.763)	(42.956)
Outras despesas financeiras	(1.866)	(54.700)
Total em 2010	(214.274)	(209.424)
Total em 2009	2.729.137	1.366.693

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes de impostos e participações	5.218.911	3.960.706
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente	(1.774.430)	(1.346.640)
Participações no resultado	208.470	387.677
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	(2.178)	(2.088)
Outros valores	74.743	38.297
Imposto de renda e contribuição social no semestre	(1.493.395)	(922.754)

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias	275.345	529.105
Subtotal	275.345	529.105
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.768.740)	(1.451.859)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.493.395)	(922.754)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010			2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Antecipação de IRPJ e CSLL	185.761	-	185.761	704.643	-	704.643
Diferenças temporárias	176.761	982.390	1.159.151	-	670.327	670.327
Impostos a compensar	611.684	-	611.684	586.514	-	586.514
Total	974.206	982.390	1.956.596	1.291.157	670.327	1.961.484

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Saldo em 30/06/2010
Provisão para riscos de crédito	573.426	36.245	609.671
Provisão para contingências cíveis	-	66.350	66.350
Provisão para contingências fiscais	-	9.423	9.423
Provisão para contingências trabalhistas	-	253.296	253.296
Provisão para participação nos lucros empregados	-	141.201	141.201
Outros	310.380	(231.170)	79.210
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	883.806	275.345	1.159.151

	Saldo em 31/12/2008	Constituição	Saldo em 30/06/2009
Provisão para riscos de crédito	141.222	319.187	460.409
Provisão para participação nos lucros empregados	-	130.742	130.742
Outros	-	79.176	79.176
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	141.222	529.105	670.327

(e) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

	2010	2011	2012	2013	2014
Previsão de realização - %	7,16	13,04	24,21	24,21	31,38

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.019.174.

15. Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência em 30 de junho:

	2010	2009
Patrimônio líquido contábil	84.658.089	